

Iniciada no número 1004, prossegue hoje a publicação deste artigo que conclui na próxima edição da Gazeta.

A querela necessária da nacionalidade literária (II)

POR AFONSO SANTOS

4. Os critérios

Importa agora comentar os diversos critérios que podem ser tomados para a definição da nacionalidade literária.

Há certas exigências gerais a que os critérios devem obedecer.

Os critérios devem ser objectivos, isto é, devem poder ser aplicados de modo invariável. Se definimos um critério e depois temos que o violar para abranger este ou aquele caso particular, significa que esse critério é inconsistente, foi mal definido como critério.

Os critérios devem ter lógica e ser eficazes. Se um critério conduz a situações absurdas ou inexplicáveis: deixar de fora casos inegavelmente pertencentes à literatura moçambicana, ou o inverso, significa que mais uma vez está mal definido como critério.

As mais das vezes o que acontece é que se procura formular um critério a partir dum caso particular e para justificar esse mesmo caso. Isto é, procede-se ao contrário e assim aparecem os critérios defeituosos.

Observemos alguns dos critérios possíveis.

4.1. O critério do autor

A forma mais simples de solução do problema seria determinar: pertencem à literatura moçambi-

cana todos os autores que possuem passaporte moçambicano.

Mas sabemos que há todo um período em que o passaporte moçambicano não existia. E a partir da sua existência há autores que entretanto deixaram de o possuir.

Ora, estar um autor a entrar e a sair da literatura moçambicana, com efeitos retroactivos sobre obras que já publicou, tomando como critério a mudança de passaporte e que pode vir a readquirir, além de ser um critério pouco literário, dá a literatura moçambicana um carácter provisório em cada momento e cada autor só poderia ser proclamado escritor moçambicano a título póstumo, pois só então se poderia ter a certeza de que ele não iria mudar de passaporte, porque os homens não são imutáveis como os deuses. E se porventura a alguém se reconhece essa imutabilidade, essa é uma apreciação política e não literária.

Noutros casos pretende-se decidir sobre a nacionalidade literária com base no conhecimento que o autor possui ou não do universo cultural moçambicano. Seria preciso encontrar então os titulares desse universo todo, a quem se atribuissem as competências e os poderes de doarem a cada autor uma cotação de moçambicanidade. Rezariam, entretanto, para que

esses titulares fossem versados em literatura.

4.2. O critério do conteúdo

A «literatura genuinamente moçambicana» é aquela em que está presente e é narrada a cosmogonia do homem moçambicano, o seu universo cultural.

O resto estaria obviamente desqualificado como literatura moçambicana.

Esta é uma variante do tema anterior: o conhecimento desse universo por parte do autor.

Este critério poderia servir se porventura fosse possível fazer uma definição unívoca do universo cultural moçambicano.

Só que transparece aí por vezes o equívoco de pretender reduzir a identidade cultural moçambicana à concepção do mundo inspirada no culto dos espíritos dos mortos e na magia (numa palavra: na superstição). Isso é sem dúvida uma rica fonte de inspiração literária.

Mas não pertencem menos ao universo cultural moçambicano: o passado colonial e seus efeitos todos (desde o racismo até à incipiente industrialização e à construção de cidades «europeias»); as migrações, no Sul, para as minas sul-africanas e os reflexos desses contactos; a notável acção transformadora do homem moçambicano realizada pela FRELIMO du-

rante a Luta Armada de Libertação Nacional; as vivências da participação popular na actividade dos Grupos Dinamizadores e nas eleições para as Assembleias do Povo; as chagas da destruição e do horror disseminadas pelo bandidismo armado (e que, aliás, pelo genocídio que está cometendo e pela colocação de grandes grupos de população na situação de deslocados de guerra, está a constituir a mais perigosa ameaça à preservação das tradições sociais e familiares); o impacto consumista do PRE (Programa de Reabilitação Económica), acompanhado da colecção de cambalachos dos que pretendem afogá-lo nas águas turvas dos PRIs (Programas de Reabilitação Individual); o domínio das técnicas de manejo de equipamentos militares ou industriais modernos e sofisticados.

E tudo isto e muito mais constituem outras tantas áreas temáticas possíveis para a «literatura genuinamente moçambicana».

É natural que para estudiosos e observadores externos tais evidências passem despercebidas ou sejam de menor importância.

A visão idílica e mítica do africano de tanga ou do «bom selvagem» nada tem de novo, é velha de séculos e só quem a não conhece pode ainda deixar-se iludir pelo brilho da bugiganga.

Tal visão não passa dum projecção do homem das sociedades industrializadas, em busca do retorno à natureza, do reencontro da espiritualidade, do regresso às origens, a partir da sua cultura universitária e sem abdicar das inegáveis vantagens da tecnologia de abundância.

Esta visão também aparece assumida por alguns autóctones com vocação de intermediários, dado ser esta uma função geralmente lucrativa.

Mas se cultivarmos o nosso subdesenvolvimento para sermos objecto de estudo, é bom para outros, os que nos estudam, mas não é bom para nós que só como sujeito da história poderemos conquistar os benefícios do progresso.

Não será pois o conteúdo da obra (os seus personagens e inquietações deles, os lugares onde decorre a estória, o tipo de acontecimentos) que pode servir de

base para determinar a «moçambicanidade» da obra.

Se o critério fosse esse, à literatura moçambicana estaria vedada a possibilidade de incluir uma obra de ficção científica, assim como não caberia nela a moderna poesia lírica de Armando Artur ou a rica poesia de múltiplas referências temáticas de Filimone Meigos.

Do mesmo modo que se um autor moçambicano editar agora um livro cuja estória se passe no Japão, isso não o faz entrar na literatura japonesa, ainda que a obra venha a ser traduzida para essa língua.

4.3. O critério da linguagem

Repete-se aqui o equívoco do critério anterior. Mede-se a moçambicanidade pelo modo como o autor «ahoje desconsegue de apreciar a agrura das micaias, porque os espírito que vão na sua trás lhe obrigam de correr maningue».

Em termos talvez mais académicos dir-se-ia: o modo como o autor utiliza uma linguagem inspirada na oralidade africana.

A ser assim, Ascêncio de Freitas seria talvez o mais legítimo representante da literatura moçambicana, enquanto L.B. Honwana ocuparia nela um lugar secundário, já que não usa tais recursos.

Curiosamente também não tem vindo a ser essa a opção estilística da grande maioria dos autores moçambicanos que têm vindo a publicar obras desde a Independência para cá. Pelo contrário. E deve haver algum motivo para isso.

Na literatura oral há um conjunto de elementos que simplesmente desaparecem e são intransmissíveis na escrita e que são: o uso da voz com as suas infinitas variações, o uso de pausas e sua duração e tudo o que pode acontecer durante esses intervalos de silêncio, como seja as expressões do olhar e do rosto do narrador e os seus gestos.

Na literatura oral a comunicação tem carácter imediato e a recepção em geral é colectiva.

E tudo isto afinal acaba colocando a literatura oral muito mais próxima da arte dramática do que da literatura escrita.

O registo escrito da literatura oral tem mais uma função de

conservação parcial do que de comunicação. Não se pode transmitir plenamente por escrito o que nasceu para ser comunicado pela voz e seus recursos adicionais.

Do mesmo modo não pode ser transmitida fielmente por escrito, e muito menos numa outra língua, uma cosmogonia de expressão oral. O uso da escrita e da língua portuguesa altera completamente essa cosmogonia, porque tanto uma como outra têm códigos próprios que por um lado excluem e por outro lado incorporam elementos que respectivamente pertencem ou estão ausentes nos códigos da oralidade africana.

De modo nenhum se nega aqui a legitimidade da transformação da língua portuguesa por influência das línguas moçambicanas (orais e escritas). Não é aliás uma questão de legitimidade pois se trata dum processo social inevitável e espontâneo. Pretende-se negar apenas duas coisas: a primeira, que essa mudança se realize por ditame ou voluntarismo, gerando toda a espécie de distorções forçadas e artificiais; segundo, que se faça da ignorância (da língua portuguesa) um valor estético (da mesma).

Convém notar, por exemplo, que as tentativas de transposição para a escrita de certas formas orais da língua portuguesa falada em Moçambique têm resultado nalguns casos em vocábulos ou estruturas sintácticas por vezes pouco inteligíveis (quando escritas), gerando ambiguidade e confusão de sentido. Há mesmo casos de um autor numa mesma obra, na fase de original já pronto, usar diferentes ortografias para um mesmo vocábulo colhido da expressão oral, o que reflecte a inconsistência dessa via.

Essas tentativas são no entanto parte legítima do processo criativo e têm grande valor como experimentação, mas não o valor de modelo ou de totalidade.

De resto, neste momento, em termos de literatura moçambicana, talvez mais urgente do que pretender acelerar artificialmente as transformações da língua portuguesa, seja o desenvolvimento

da produção literária também nas línguas moçambicanas.

4.4. O critério da obra

Conforme foi já referido, a literatura materializa-se através da publicação ou edição dos textos literários.

Pode dizer-se que a literatura existe socialmente na forma de objecto, que neste caso são páginas (de jornais, de revistas, de livros).

Esses objectos são sempre datados e localizados.

(Ao falar-se aqui em local de edição não se exclui os casos em que a produção gráfica por razões económicas, tenha sido encomendada a outro país, mas tendo como fim o lançamento neste país).

Será este então o primeiro critério a tomar como ponto de partida e que é dotado de objectivida-

de: constituem a literatura moçambicana todos os textos literários editados originariamente em Moçambique, tanto em livro como nas páginas dos jornais e das revistas.

Em consequência, pertencem à literatura moçambicana os autores desses textos.

Difícilmente se poderá considerar como pertencentes à literatura moçambicana a quantidade de obras cujo conteúdo se refere a Moçambique e que estão sendo publicadas em Portugal principalmente, que têm como autores Guilherme de Melo ou Lídia Jorge (ou mesmo que fosse ou venha a ser Noémia de Sousa) e das quais só ouvimos falar.

Admitindo que a nossa indústria gráfica se desenvolve até ao nível de poder editar autores estrangeiros, certamente que haveria muito interesse em publicar aqui essas obras, o que no entanto as não

faria mudar de naturalidade, de lugar de nascimento, pois este é um fenómeno que apenas acontece uma vez. A obra nasce uma só vez, num único lugar.

E a obra editada originariamente na República Popular de Moçambique, por autor estrangeiro?

Se se admite que o critério aqui exposto é objectivo, ele deve ser aplicado. Em princípio terá havido razões moçambicanas que levaram a que isso acontecesse. A literatura é um fenómeno social.

4.5. O critério histórico

Os textos editados originariamente em Moçambique pertencem a diferentes períodos, consoante a data da sua edição. Deste modo, cada autor pertence a um determinado período da história da literatura moçambicana, podendo haver autores que pertencem a vá-

rios períodos e outros a um só período.

A periodização da literatura é um dos aspectos do critério histórico.

O outro aspecto consiste em ter em conta o papel histórico desempenhado por determinadas obras no desenvolvimento da literatura e da consciência nacionais, e que por razões políticas ou outras numa época concreta, tenham sido editadas fora do país, como pode ser o caso dos textos literários da Luta Armada de Libertação Nacional, mas entretanto já reeditados, ou como é o caso da obra «Godido», de João Dias, também já editada em Moçambique.

Será também esse o caso, por exemplo, da Antologia «Poetas de Moçambique», editada em Lisboa, em 1962, pela Casa dos Estudantes do Império e que decerto justificaria actualmente uma edição em Moçambique, para que as jo-

vens gerações conheçam uma parte da História e assim se reconheçam.

4.6. O critério estético

Em conjugação com os outros critérios, este é, em última análise, o critério decisivo.

Em qualquer parte do mundo, nem sempre a edição duma obra é razão suficiente para que ela passe a fazer parte da literatura.

Há obras que podem não ter lugar na literatura dum país pela simples razão de se encontrarem longe do nível artístico literário.

Isto é, a literatura, como arte, tem determinadas características estéticas, quer quanto ao conteúdo, quer quanto à forma, à técnica do uso da linguagem. E se esses elementos não estão presentes, não há motivo nenhum para estar a inscrevê-la como parte da literatura.

Aqui sim, está em causa o carácter universal da obra, ou seja, em que medida se exprimem nela, a partir duma situação particular concreta, as angústias e a plenitude do homem como ser biológico e social e como indivíduo.

E também está em causa em que medida o autor consegue suscitar emoções através do manejo que faz das palavras, através da construção da linguagem, através da estrutura da narrativa.

Sobre todos estes critérios em geral, importa dizer que nenhum deles considerado isoladamente é significativo. Eles devem ser tomados no seu conjunto.

Por outro lado, quaisquer critérios têm carácter histórico. Não servem para sempre. Num outro momento histórico eles modificam-se. Mas cada fase exige ter critérios porque eles cumprem uma função metodológica.

(Continua)